



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## Apresentação

Henrique Tahan Novaes

**Como citar:** NOVAES, Henrique Tahan. Apresentação. *In:* NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.9-16. DOI:  
<https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-505-6.p9-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# APRESENTAÇÃO

A ditadura do capital financeiro, envernizada por uma suposta democracia formal com alternância de governos, continua produzindo estragos na América Latina. O “triste rodízio” entre governos populares pró-capital e governos de direita ou extrema direita que fazem avançar as pautas neoliberais e de costumes, não trouxe bons frutos para a democracia na região.

Felizmente conseguimos por fim – ao menos por enquanto – ao efeito destrutivo do bolsonarismo no Brasil, num curtíssimo espaço de tempo. A vitória de Lula tem um efeito “democratizador”, ou para ser mais preciso, é mais uma tentativa de redemocratização do país e de um “acerto de contas” com a extrema direita.

No entanto, não há grande expectativa, ao menos nos meios da esquerda acadêmica, de partidos políticos e sindicatos contra a ordem, de grandes transformações no atual governo. Primeiro porque o projeto de “humanizar o capitalismo”, de distribuir renda, de “melhorismo”, não será possível dentro dos marcos da autocracia brasileira na atual fase da mundialização do capital. Segundo porque o governo Lula 3 faz muito mais concessões ao capital que os governos Lula 1 e 2. É muito provável que estejamos diante de uma tendência que poderíamos chamar de “melhorismo piorado”.

A Argentina, por sua vez, poderá ter nova regressão nas eleições de outubro de 2023, caso a direita volte ao poder ou a extrema direita assuma a direção do país. Seria a Argentina de Fernandez um

prelúdio do que pode vir a ser Lula 3? Em alguma medida sim, um governo emparedado, amarrado pelas diretrizes da reprodução do capital financeiro e a ausência de um projeto de poder contra a ordem do capital.

Esta coletânea dá continuidade ao projeto anterior (volume 1), que tinha como objetivo socializar os resultados de pesquisas de especialistas em temáticas relacionadas às políticas educacionais na América Latina e a educação para além do capital.

Os mercadores da educação na região - mesmo num quadro de longa estagnação econômica - estão conseguindo implementar sua agenda: a) contrarreformas educacionais adequadas à financeirização da economia e a especialização regressiva da produção, b) ascensão das fundações, ONGs e Institutos, no controle da política educacional; c) destruição direta e indireta da escola estatal; d) fusões e aquisições de conglomerados educacionais, e) internacionalização e financeirização, o que nos permite afirmar que a educação cada vez mais se torna “educação fictícia”, tendo suas determinações ligadas a reprodução do capital e do capital educacional internacional.

Contraditoriamente, é na América Latina que surgem os mais importantes projetos de educação para além do capital, tendo em vista a criação de conteúdos e formas escolares alternativos a escola estatal e aos sistemas de educação privados.

Temos certeza que estes projetos de educação para além do capital, caso a humanidade decida ao menos adiar o fim do mundo, serão decisivos para a construção da hegemonia na América Latina. São experiências da classe trabalhadora latino-americana que, com sua criatividade, sinalizam que um sistema educação para além do capital é possível e necessário. São experiências de classe que alteram significativamente o conteúdo e a forma escolar, dando sentido ao trabalho educacional, conectando a escola com seu meio social e com

as lutas do seu tempo histórico. O avanço quantitativo e qualitativo dessas experiências depende do avanço geral das lutas das trabalhadoras e trabalhadores da região e do mundo, dentro de um projeto nacional e internacional de emancipação do trabalho da ditadura do capital.

Esta coletânea foi dividida em duas partes: Parte I – Políticas educacionais na América Latina em tempos de barbárie e Parte II A educação para além do capital na América Latina.

O capítulo de Esther Levy, intitulado “Los avatares de la Educación de Adultos en Argentina 2001-2019” abre esta parte da coletânea.

Esther Levy observa os processos experimentados pela Educação de Adultos – que no Brasil chamamos de Educação de Jovens e Adultos – implementadas no período 2003-2015. Ela observa uma importante expansão, dentro e fora do sistema educativo formal, especialmente a partir do desenvolvimento de políticas sociais. Depois de apresentar o contexto político e educativo que deu origem a estas políticas na Argentina, Levy observa que o direito a educação – um tema caro aos argentinos e argentinas - voltou a ter seu protagonismo. Contraditoriamente, passa a ser questionado, a estar novamente no campo das disputas políticas e fazer parte do discurso “politicamente correto”.

“Política Educacional na Rede Estadual Paulista (1995–2022): a produção do gerencialismo de resultados e a reforma do Estado, sob a Nova Gestão Pública”, das pesquisadoras Márcia Aparecida Jacomini e Iracema Santos do Nascimento e do pesquisador Sergio Stoco trata da política educacional na rede estadual de ensino de São Paulo de 1995 a 2022, que compreende sete mandatos comandados pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Jacomini, Nascimento e Stoco analisaram os principais programas e projetos de cada uma das gestões, tomando como base os conceitos de Estado integral e de hegemonia da ideologia das classes dominantes, de Gramsci, e a Teoria do Equilíbrio Pontuado (TEP). Verificaram que o paradigma de gestão adotado pela pasta da educação desde o primeiro mandato foi o da Nova Gestão Pública (NGP), alinhada à opção do governo de Fernando Henrique Cardoso e à ordem vigente internacional do sistema de produção capitalista. Dentre as conclusões destacam que após 28 anos o controle do trabalho pedagógico, o sistema de bonificação, a centralização do currículo, da formação do professorado e da avaliação não resultaram na prometida melhoria da qualidade da educação.

“Capital fictício, educação e disputa pelo fundo público: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização” de Lalo Watanabe Minto e Luciana Sardenha Galzerano apresenta algumas das tendências que têm caracterizado a privatização da educação no contexto da sua crescente vinculação com as formas do capital fictício. O capítulo faz uma análise predominantemente teórica, que busca interseccionar contribuições de campos como a educação e a economia, reunindo fundamentos para uma compreensão abrangente da natureza complexa da privatização. O referencial teórico utilizado pelos autores é marxista, com apropriação de elementos da obra original de Marx, bem como dos debates sobre o processo de acumulação contemporânea, da crise estrutural e da privatização no campo educacional. A partir dessa literatura, eles destacam que existem três dimensões essenciais para compreender a fase mais recente da privatização da educação: a centralidade do capital fictício, os movimentos de concentração e centralização de capitais e as disputas pelos fundos públicos. Por último, apontam que a predominância da financeirização em grande parte do setor

educacional brasileiro representa um desenvolvimento da lógica da acumulação capitalista contemporânea.

“A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência”, da pesquisadora Carmen Sylvia Vidigal Moraes, resgata a inserção acadêmica no campo de pesquisa das relações entre trabalho e educação e da atuação no movimento social da professora Carmen Moraes, uma verdadeira intelectual militante. O capítulo contextualiza o desenvolvimento dessa práxis no âmbito das lutas do movimento popular e sindical, em São Paulo, pela efetivação do direito à educação e sua incidência na construção de políticas públicas de educação e formação profissional no país, entre os anos 1980 e 2000. O texto parte do pressuposto da indissociabilidade entre produção teórica e intervenção social, de sua unidade dialética, e tem como objetivo principal indicar a presença dos sujeitos sociais coletivos e sua atuação direta na construção histórica da educação brasileira.

Chamamos a Parte II deste livro de “Educação para além do capital na América Latina”.

“Proyecto Político Pedagógico de La Universidad Campesina de la Coordinadora Nacional Plan De Ayala-Michoacán, México”, é o nome do capítulo do pesquisador Manuel Ramírez Casillas.

Aborda a *Universidad Campesina (UNICAM)* como projeto político-pedagógico da Coordinadora Nacional do Plan de Ayala, uma organização camponesa de resistência e luta por uma agenda que promova os interesses e o poder popular dos trabalhadores rurais e do movimento popular no México. A UNICAM é um projeto educacional para a consolidação das capacidades sócio-políticas de camponeses, indígenas e trabalhadores do campo. Segundo Ramírez Casillas, o eixo central da ação educativa é a construção do

conhecimento e sua articulação com princípios sócio-políticos para promover seus projetos endógenos vinculados ao modelo de economia social e solidária e à luta política pela melhoria das condições de vida e pela geração de um mundo diferente do modelo capitalista neoliberal.

“As relações de gênero das/os catadoras/es de materiais recicláveis em uma Cooperativa do Oeste Paulista: modificações a partir da autoeducação e das práticas formativas”, de Bruna Oliveira Martins apresenta os resultados de uma pesquisa que abordou as modificações das relações de gênero em uma Cooperativa de catadoras/es de materiais recicláveis do Oeste Paulista pautada pela Economia Social e Solidária a partir de processos de autoeducação e de práticas formativas que participaram por meio da articulação com a universidade. Bruna Martins observa que, apesar das contradições e dos limites existentes no que tange à construção de uma educação para além do capital, que lute essencialmente contra as desigualdades no âmbito de raça e gênero, um embrião de transformações foi encontrado: as mulheres participam do movimento social da categoria, discutem sobre a temática no cotidiano e em rodas de conversa, assumem cargos de liderança e funções consideradas “masculinas” e questionam os companheiros acerca do acúmulo de trabalho destinado a elas.

Os pesquisadores e as pesquisadoras Celso Alexandre de Sousa Alvear, Layssa Ramos Maia de Almeida, Flávio Chedid Henriques e Fernanda Santos Araújo escreveram o capítulo “O Soltec/UFRJ como um espaço de formação sociotécnica. São apresentadas as estratégias formativas desenvolvidas pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) ao longo de seus 18 anos, avaliando seu impacto na formação sociotécnica, política e humana de atuais integrantes e egressos. Ao se constituir como um núcleo de extensão, pesquisa e

ensino, o SOLTEC tem buscado realizar a formação de seus membros por meio da prática nas ações dos projetos; em espaços disciplinares nos cursos de graduação e pós-graduação; na realização de cursos e oficinas nos territórios em que atua; e no estímulo à participação nos espaços de gestão e tomada de decisão ampliada do núcleo.

Após descrever cada uma dessas estratégias e analisar o seu impacto na formação dos estudantes a partir da aplicação de um questionário, os autores ressaltam a interdisciplinaridade, o diálogo de saberes e a articulação entre a formação técnica e crítica como principais elementos desse percurso formativo. Os integrantes reforçam a importância dessa formação em sua vida pessoal e profissional, sendo esse reconhecimento validado em suas experiências de trabalho posteriores. No entanto, destacamos a dificuldade de conciliação entre as atividades extensionistas e a estrutura curricular dos cursos de graduação, levando os estudantes a experimentarem lugares de conflito e sofrimento, mas também impulsionando sua reflexão sobre o papel e o lugar que pretendem ocupar enquanto trabalhadores e trabalhadoras na sociedade.

Theo Martins Lubliner escreveu o capítulo “A formação política como educação para além do capital: a experiência do MST”. Lubliner abordou os principais aspectos que fazem com que a formação política do MST, ao longo de seus quase 40 anos de existência, tenha se constituído como um caso de consolidação de uma educação para além do capital, uma vez que une uma sólida base teórico crítica à prática revolucionária. O pesquisador realizou uma reflexão a respeito da abordagem e da concepção do MST sobre Educação – que resultou na criação de uma pedagogia própria, A Pedagogia do Movimento Sem Terra –, da sua compreensão sobre o processo de consciência de classe e sobre o tipo de militante revolucionário que se busca construir em vistas a se criar uma nova

cultura que supere, além das relações de produção próprias do capitalismo, as suas formas de sociabilidade alienadas e mercantilizadas.

O capítulo de Julio Hideyshi Okumura e Henrique Tahan Novaes chama-se “A Universidade para além do capital: possibilidades e necessidades”. Na primeira parte o autor aborda as contingências da universidade estatal em países neocoloniais. Na segunda parte procura teorizar a universidade para além do capital, a partir de algumas experiências recentes de universidades alternativas.

*Henrique Tahan Novaes*

24/07/2023